

A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ E A PRÁTICA PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.

Leticia Chulek¹

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes²

RESUMO

Esta pesquisa aborda a autonomia docente como pilar fundamental para a qualidade e contextualização do ensino, analisando sua tensão frente às transformações tecnológicas e às políticas de plataforma na educação pública. O estudo teve como objetivo investigar a percepção de professores da educação básica do Núcleo Regional de Guarapuava – PR sobre a autonomia profissional, a adaptação às mudanças tecnológicas e as condições de trabalho. Adotando uma abordagem qualitativa (André e Ludke, 1986), a coleta de dados envolveu a aplicação de um questionário com 17 perguntas a professores do Núcleo Regional de Guarapuava, complementada por análise documental de materiais da plataforma "Aula Paraná". O referencial teórico mobilizado discute a autonomia docente como um conceito multifacetado (pedagógica, administrativa e profissional), essencial para a inovação e o desenvolvimento crítico (Freire, Contreras, Libâneo).

Palavras-chave: Autonomia Docente; Educação, Plataforma.

RESUMEN

Esta investigación aborda la **autonomía docente** como un pilar fundamental para la calidad y contextualización de la enseñanza, analizando su tensión frente a las transformaciones tecnológicas y las políticas de plataforma en la educación pública. El estudio tuvo como objetivo investigar la percepción de profesores de la educación básica del Núcleo Regional de Guarapuava – PR sobre la autonomía profesional, la adaptación a los cambios tecnológicos y las condiciones de trabajo. Adoptando un enfoque cualitativo (André y Ludke, 1986), la recolección de datos incluyó la aplicación de un cuestionario de 17 preguntas a profesores del Núcleo Regional de Guarapuava, complementada por el análisis documental de materiales de la plataforma "Aula Paraná". El marco teórico movilizado discute la autonomía docente como un concepto multifacético (pedagógica, administrativa y profesional), esencial para la innovación y el desarrollo crítico (Freire, Contreras, Libâneo).

Palabras clave: Autonomía Docente; Educación; Plataforma.

¹ Mestranda – PPGG Programa de Pós-graduação em Geografia. UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste- Guarapuava – PR. Leticia.chulek@gmail.com

² Pós Doutora – UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste- Guarapuava – PR. Marquiana@unicentro.com

INTRODUÇÃO

A autonomia docente é um pilar fundamental para a construção de uma educação significativa e contextualizada, permitindo que os professores exerçam seu papel com criatividade e responsabilidade. No cenário educacional contemporâneo, marcado por transformações tecnológicas e demandas pedagógicas cada vez mais complexas, a capacidade do professor de tomar decisões autônomas em sala de aula torna-se essencial para a qualidade do ensino. No entanto, essa autonomia não é absoluta, sendo influenciada por fatores como políticas educacionais, infraestrutura escolar e formação docente.

Esta pesquisa tem como foco professores da educação básica do Núcleo Regional de Guarapuava – PR, utilizando questionários e análise documental para investigar suas percepções sobre autonomia, adaptação às mudanças tecnológicas e condições de trabalho.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se apoia na abordagem qualitativa, com base em André e Ludke (1986), destaca-se por sua flexibilidade e profundidade na análise dos fenômenos, é baseada na compreensão de que os fenômenos sociais e educacionais são complexos e precisam ser estudados em sua totalidade, considerando os contextos e as interações que os envolvem. Essa abordagem busca descrever, interpretar e compreender os significados das práticas e relações humanas, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre os processos e dinâmicas educacionais. Na educação, a abordagem qualitativa é amplamente utilizada para investigar práticas pedagógicas, relações escolares, dinâmicas de sala de aula e políticas educacionais. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética COMEP - Comitê de Ética em Pesquisa, através da plataforma Brasil, por meio do protocolo 21.435.438-1, conforme certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 76869223.1.1001.0106 e do Parecer: 6.747.617. Os sujeitos da pesquisa são professores da educação básica que atuam no Núcleo regional do município de Guarapuava – PR.

Para isso, serão integrados diferentes instrumentos: questionário e análise documental. O questionário é um meio de coletar dados de forma objetiva e, segundo, Marconi e Lakatos (2003) trata-se de “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201).

No caso desta pesquisa, o questionário foi composto por 17 perguntas e tinha como objetivo identificar o perfil pessoal dos sujeitos pesquisa, com 4 perguntas; a relação com a tecnologia, com 3 perguntas; a estrutura da escola para o uso das plataformas, com 3 perguntas, como está a adaptação com as mudanças que ocorreram devido implementação das plataformas, com 4 perguntas e sua percepção sobre as condições de trabalho do professor de geografia frente a plataformização.

REFERENCIAL TEÓRICO

A autonomia docente permite que os professores sejam agentes ativos na construção de práticas educativas mais eficazes e contextualizadas, promovendo uma educação que seja verdadeiramente significativa para seus alunos. Ela é fundamental para fortalecer a identidade profissional do professor e assegurar que ele possa exercer sua função com a liberdade necessária para inovar e adaptar o ensino às realidades diversas das salas de aula, conforme Contreras, (2021).

A autonomia docente é um conceito essencial no campo da educação e trata da capacidade dos professores de tomar decisões pedagógicas, escolhendo os conteúdos, metodologias e recursos a serem utilizados em sala de aula e poder tomar decisões administrativas com independência.

Nas concepções educativas, entender a autonomia docente é compreender a relação do professor com a sociedade e o seu papel em relação à educação. Essa autonomia, no entanto, não é absoluta, mas sim relativa, e condicionada por diversos fatores, como as políticas educacionais e os recursos disponíveis na escola.

Para Freire (2011) a autonomia faz parte de um processo de construção cultural, não é algo natural, é baseada na relação do ser humano com os outros e deles com o conhecimento. Para o autor, a educação não é um ato de depositar conhecimento nos alunos, mas sim um processo dialógico e colaborativo onde professores e alunos aprendem juntos. Para isso, enfatiza a importância de uma prática educativa que valorizasse a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem, na qual os professores são mediadores do conhecimento, e pode criar situações para que seus alunos possam desenvolver uma consciência crítica sobre a realidade social em que vivem.

Isso implica reconhecer os professores como sujeitos que, ao mesmo tempo que ensinam, também aprendem com seus alunos e com o contexto em que estão inseridos. Ao promover práticas educativas que incentivam a reflexão crítica, o diálogo e o respeito à

autonomia dos estudantes. Os argumentos de Freire contribuem para uma abordagem educacional que valoriza a capacidade dos professores de adaptarem suas práticas às necessidades e realidades específicas de seus alunos, respeitando suas identidades culturais, históricas e sociais.

Neste contexto, a autonomia docente envolve a capacidade e a liberdade do profissional do docente para tomar decisões relacionadas ao ensino e a aprendizagem em suas salas de aula, escolhendo qual método de ensino, quais estratégias pedagógicas e a organização do ambiente de aprendizagem, as formas de avaliação entre outros aspectos da prática educativa.

A autonomia implica reconhecer que os profissionais são qualificados com conhecimento específico sobre os seus componentes curriculares e sobre as necessidades dos seus alunos, tanto individuais quanto coletivas, e permite assim a adaptação conforme as necessidades do contexto educacional de maneira criativa e flexível sobre as demandas e desafios que surgem no ambiente escolar, Libâneo, (2012).

Sobre isso, Vasconcellos (2004) argumenta que a autonomia não significa isolamento ou trabalho solitário, mas sim a possibilidade de o professor exercer sua criatividade e julgamento profissional dentro de um sistema educacional que valoriza e respeita suas decisões. Tal concepção também envolve maior responsabilidade, seja com a busca contínua para melhorar a prática, seja com a reflexão sobre a experiência e a compreensão de que são agentes de transformação no processo educativo. Ao concordar com esse processo, André Weil (2007) faz a ressalva de que a prática docente está frequentemente sujeita a limitações impostas por contextos institucionais e curriculares.

De acordo com Contreras (2021), a autonomia não só permite que os professores adaptem suas práticas às necessidades dos alunos, mas também promove um ambiente de trabalho mais satisfatório e motivador. A autonomia docente e os desafios enfrentados pelos professores ao exercê-la, é definida pelo autor, como a capacidade dos professores de exercer controle sobre as decisões relacionadas ao ensino e à aprendizagem. Isso inclui a escolha de métodos pedagógicos, a elaboração de currículos e a gestão da sala de aula. A autonomia é vista como um fator essencial para a inovação pedagógica e para o desenvolvimento profissional contínuo.

Libâneo (1994) define a autonomia docente como a capacidade do professor de tomar decisões e atuar de forma independente no planejamento, execução e avaliação do processo educativo. Com a autonomia, o professor consegue participar na construção escolar, fortalecendo a identidade profissional e o laço com a comunidade.

Para Freire (2011), os professores precisam criar oportunidades para que seja possível ocorrer a construção do conhecimento através dos estudantes como parte da ação na qual o professor e o aluno não irão se diminuir, pois para o autor “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996).

Apesar dos avanços teóricos e práticos, a autonomia docente ainda enfrenta diversos desafios no Brasil. Entre eles estão a centralização das decisões, a concentração do poder de decisão nas mãos de gestores e coordenadores, a fragmentação do trabalho docente e a crescente burocratização do trabalho como traz a autora Pimenta (2012).

A multiplicação de tarefas burocráticas diminui o tempo disponível para o planejamento e a reflexão sobre a prática, somadas a falta de recursos, a carência de materiais didáticos e infraestrutura inadequada agudizam esse processo. As dificuldades na formação continua e as pressões externas, com avaliações e os resultados dos testes padronizados exercem uma forte pressão sobre os professores, limitando sua autonomia para experimentar novas metodologias e para inovar no ensino.

A autonomia docente, para o autor Contreras (2021), tem várias dimensões importantes, entre elas: a) Flexibilidade Pedagógica, pois a autonomia permite que os professores ajustem suas práticas de acordo com as necessidades e características dos alunos, promovendo um ensino mais personalizado e eficaz; b) Motivação e Satisfação Profissional, na qual a liberdade para tomar decisões e implementar novas estratégias pedagógicas pode aumentar a motivação dos professores e sua satisfação com o trabalho; c) Inovação, quando a autonomia facilita a experimentação e a inovação no ensino, o que pode levar a melhorias significativas nos resultados educacionais.

Para Libânio (1994) e Weil (2007) a autonomia do professor pode ser compreendida em múltiplas dimensões, dentre elas:

a) Autonomia pedagógica - a qual refere-se à liberdade para definir metodologias de ensino, planejar suas aulas, selecionar conteúdos e adaptar estratégias pedagógicas conforme as necessidades dos alunos e as especificidades do contexto escolar e, com isso, a construção de práticas educativas que atendam à diversidade de perfis e ritmos de aprendizagem dos estudantes.

b) Autonomia administrativa - capacidade para gerenciar sua própria prática profissional, como a organização do ambiente de sala de aula, o planejamento de atividades e a avaliação do desempenho dos alunos, de modo a adaptar o ensino às condições reais do

ambiente escolar. Contudo, conforme Weil (2007) essa autonomia também pode ser restringida por regulamentações e normas institucionais.

c) Autonomia Profissional: Diz respeito ao desenvolvimento profissional contínuo do professor, sua participação em processos de formação e sua capacidade de refletir criticamente sobre sua prática pedagógica. Ela é fundamental para que o docente se mantenha atualizado e engajado com as inovações educacionais.

Para Romão (2003; 2008), a autonomia docente não se limita à liberdade individual do professor em sala de aula, mas sim à construção coletiva de um projeto pedagógico que valorize a participação de todos os membros da comunidade escolar. Ela está intrinsecamente ligada à profissionalização do professor, que deve ser capaz de refletir sobre sua prática e buscar constantemente sua melhoria. Trata-se de um processo contínuo de construção, que exige a superação de diversos desafios, como a centralização das decisões nas mãos dos gestores, a falta de recursos e a formação inicial insuficiente. Porém, essa a autonomia só pode ser efetivada em um contexto de escola democrática, onde os professores tenham voz nas decisões que dizem respeito à organização do trabalho pedagógico.

Depreende-se destes argumentos que a autonomia é um elemento crucial para a qualidade da educação e para a satisfação dos professores. No entanto, sua implementação enfrenta desafios significativos, incluindo tensões com o controle institucional e a necessidade de suporte adequado. Afinal, para maximizar os benefícios da autonomia, é essencial que as instituições educacionais forneçam o suporte necessário e garantam uma formação contínua e relevante para os professores (Contreras, 2021).

Vasconcellos (2008) enfatiza que a autonomia docente está intimamente ligada ao conceito de profissionalização do magistério. Para ele, ela é um indicador de que o professor é visto como um profissional qualificado e confiante, capaz de contribuir significativamente para o processo educacional. Esta perspectiva sugere que a autonomia docente não deve ser vista apenas como um direito dos professores, mas como uma condição necessária para a efetividade e inovação no ensino.

A reflexão contínua sobre as dimensões e implicações da autonomia docente pode contribuir para a construção de ambientes educacionais mais dinâmicos e responsivos às demandas contemporâneas.

Na perspectiva de Romão (2003) a autonomia implica na profissionalização do professor, na formação continuada e na construção coletiva de um projeto político-pedagógico para o desenvolvimento de uma escola mais democrática e participativa, onde os professores possam exercer sua profissão com qualidade e compromisso.

É um direito fundamental, mas exige um conjunto de condições para além da vontade individual dos professores. Afinal, para sua efetividade é necessário que as políticas educacionais, as instituições escolares e a sociedade como um todo valorizem o trabalho docente e promovam as condições necessárias para o exercício da autonomia.

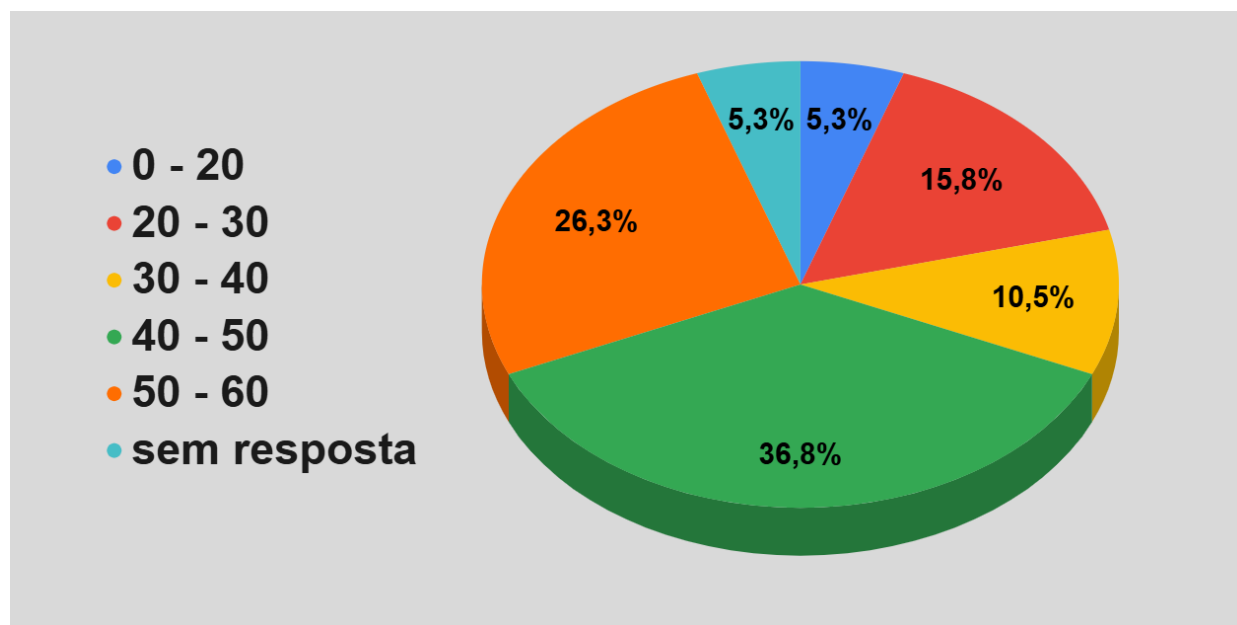
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a análise das respostas do questionário primeiramente vamos fazer a identificação do perfil dos sujeitos respondentes da pesquisa.

Identificação do Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Conforme o Figura 01, os professores respondentes da pesquisa têm idades variadas, sendo a maioria, 36,8% entre 40 e 50 anos e 26,3% entre 50 e 60 anos. Uma pessoa optou por não responder à questão. Do total, 52,6% dos respondentes são do gênero feminino e 47,4% do sexo masculino (figura 02).

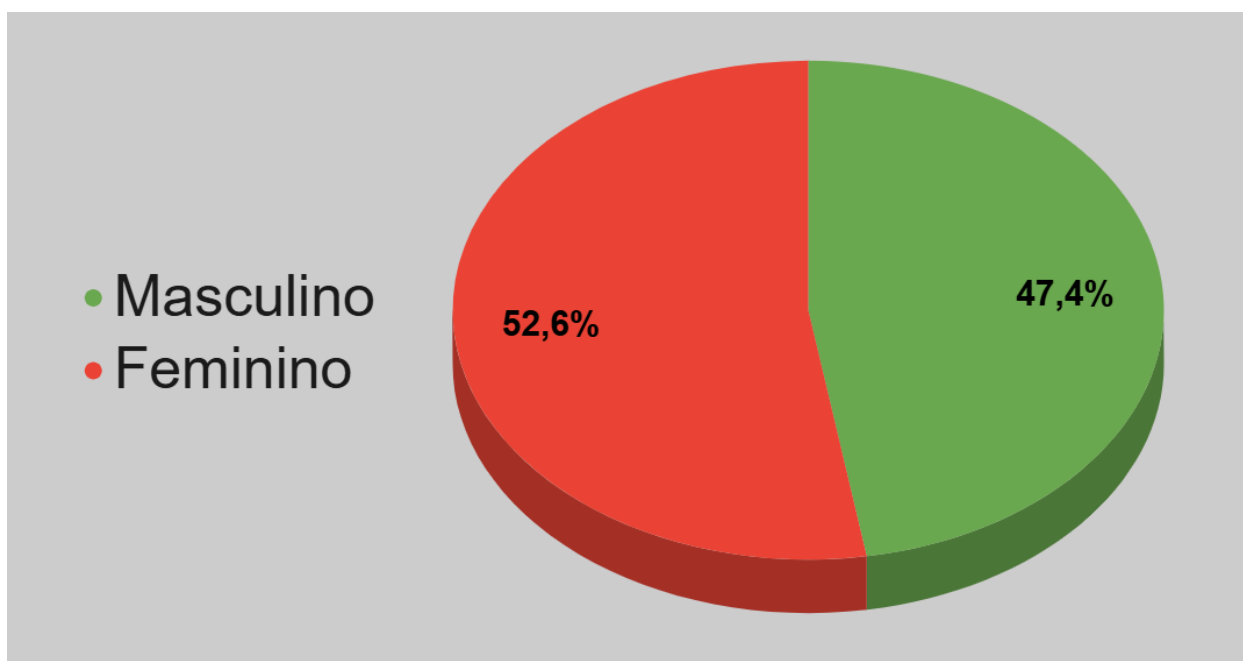
GRÁFICO 01 – FAIXA ETARIA



FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.
Organização Autora, 2024.



GRÁFICO 02 – Gênero

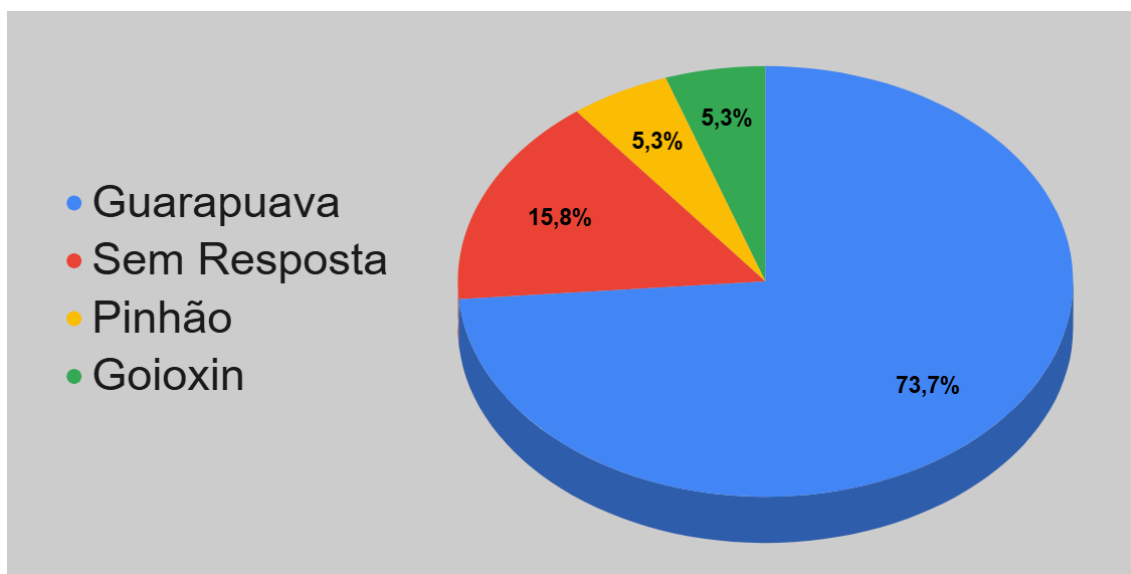


FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

Os professores participantes da pesquisa estão distribuídos em 15 escolas, sendo 12, na cidade de Guarapuava e 3 em outros municípios como Pinhão e Goioxin (Gráfico 03).

GRÁFICO 03: CIDADES



FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

Percepção sobre a autonomia docente e as mudanças na prática profissional com as plataformas e digitalização nas escolas.

Vou serem questionados sobre a percepção referente às plataformas e a rotina de trabalho 36,8% dos respondentes falaram sobre a perda de autonomia docente como podemos ver no quadro a seguir:

QUADRO 01: RETIRADA DA AUTONOMIA

Crítica as plataformas, com tendências a identificar pontos negativos, sobretudo em relação a retirada de autonomia do docente e comprometimento de aprendizagem dos estudantes.	36,8%	<i>“Tiram a autonomia do professor, e são cansativas para os alunos.”</i> <i>“É muita plataforma e instável ... o que prejudica a relação do processo de ensino e a aferição da aprendizagem.”</i> <i>“Elas tiraram a liberdade do professor, assim o professor não consegue adaptar o ensino com a necessidades de cada turma de forma individual.”</i>
--	-------	--

FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

Em relação as plataformas, alguns professores veem que elas podem ser tornar uma ferramenta de apoio potencial, porém os pontos de obrigatoriedade, o uso mecânico, sem reflexão pedagógica, acaba gerando cansaço e desinteresse dos alunos. Quanto ao professor, a forma como são implementadas gera perda da autonomia e dificuldade de adaptação. Outros pontos são: o foco em métricas, o que leva a priorização de quantitativos sobre aprendizagem real, e as decisões centralizadas (ex.: SEED/Governo) que ignoram realidades locais, materiais padronizados (ex.: slides da Aula Paraná) com erros e desconexões.

Em outra questão aonde era questionado sobre os pontos positivos e negativos da plataformização a obrigatoriedade e perda de autonomia dos professores aparece em 30,8% das respostas:

QUADRO 02: OBRIGATORIEDADE E PERDA DA AUTONOMIA.

Grupo	Definição	Porcentagem	Citações
Grupo 1	Obrigatoriedade e Perda de Autonomia.	30,8%	<i>“A obrigatoriedade dos quizzes por exemplo acaba sendo negativo, porque os alunos não levam a sério, respondem aleatoriamente, além de que os professores precisam sempre ter o compromisso de postar as atividades”.</i> <i>“são obrigatórias isso tira a autonomia dos professores”.</i> <i>“Pois as ferramentas são ótimas, mas se utilizadas de forma planejada atendendo as necessidades do professor, não sendo de forma obrigatória, com uma cobrança que ultrapassa as condições que o professor consiga atingir os objetivos de conhecimentos pedagógicos e realizar todas as plataformas que a SEED oferece”.</i>

FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

Obrigatoriedade e Perda de Autonomia: muitos professores criticam a imposição de ferramentas (como quizzes obrigatórios) sem flexibilidade para adaptação à realidade da sala de aula, há relatos de que alunos não levam atividades digitais a sério, respondendo de forma aleatória, o que reduz a eficácia pedagógica.

A tecnologia só cumprirá seu potencial na educação se for tratada como meio, e não como fim. Caso contrário, corre-se o risco de alienação digital, onde ferramentas são usadas sem de fato melhorar a aprendizagem, as respostas mostram que, quando bem utilizada, a

tecnologia pode ser uma aliada poderosa na educação. No entanto, sua imposição sem planejamento, estrutura ou respeito à autonomia docente a torna um obstáculo, não um avanço.

Uma das questões apresentadas questionadas sobre as condições da prática profissional docente e as preocupações com a educação pública no estado do Paraná, entre as preocupações apresentadas da a centralização o controle e a perda de autonomia pedagógica aparecendo em 37, 1% das respostas conforme podemos ver no quadro a seguir:

QUADRO 03: AUTONOMIA PEDAGÓGICA

Centralização, Controle e Perda de Autonomia Pedagógica	foca na percepção de um aumento do controle burocrático e administrativo sobre a prática docente, resultando na diminuição da liberdade pedagógica e na imposição de diretrizes que desconsideram o contexto da sala de aula.	37,1%	<i>“Está cada dia mais complicado. O mais preocupante é o excesso de cobrança de coisas supérfluas, não relacionadas ao processo ensino aprendizagem.”</i> <i>“Referente a carreira profissional, e desvalorização em relação aos salários, as intensas cobranças em relação aos índices, o que nos da a impressão de sermos incapacitados e por isso não estamos conseguindo atingi-los.”</i> <i>“As condições de trabalho atualmente são precárias, principalmente para os pss, que não possuem garantia nenhuma, e muitas vezes dão aula em um ano e no próximo ficam sem conseguir trabalhar. Além disso, essa cobrança pelo uso de plataformas, a forma como</i>
--	--	-------	--

			<i>está se desenhando a distribuição de aulas, por meio de indicação, só tende a piorar esse cenário.”</i>
--	--	--	--

FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

As respostas dos professores configuram um cenário de fragilização sistêmica da educação pública, onde a desvalorização profissional, a perda de autonomia e o controle burocrático minam a capacidade do professor de atuar efetivamente. Essa situação não apenas compromete a qualidade da aprendizagem, mas também levanta sérias questões sobre o futuro da educação como um direito social e um pilar para o desenvolvimento democrático.

Sobre conciliar as novas tecnologias currículos e as plataformas pós pandemia a autonomia do centro também apareceu nas respostas dentro do grupo restrição da autonomia do centro e a imposição de ferramentas metodológicas aparecendo em 47,4% das respostas.

QUADRO 04: RESTRIÇÃO DA AUTONOMIA.

Restrição da Autonomia Docente e Imposição de Ferramentas/Metodologias	Aborda a percepção de que a adoção de novas metodologias e plataformas não é uma escolha pedagógica do professor, mas sim uma imposição do sistema, que restringe sua liberdade e capacidade de decisão sobre as práticas em sala de aula.	47,4%	<i>“Bem difícil conciliar ou implementar novas metodologias, pois o nosso currículo de aula é meio que obrigatório e está atrelado a prova Paraná, então precisamos vencer os conteúdos. Para desenvolver aulas com novas metodologias precisamos disponibilizar tempo, que não podemos desperdiçar senão não damos conta de concluir o planejamento.”</i> <i>“Os professores ficam um pouco presos pela obrigatoriedade do uso das plataformas, e pelos conteúdos cobrados na prova Paraná, e muitas vezes não possuem apoio do colégio para</i>
--	--	-------	---



		<i>realização de diferentes metodologias. Então para que estas metodologias sejam utilizadas o professor tem que ter um bom planejamento, e que estas contemplem os conteúdos cobrados.”</i> <i>“Conciliar? Nós fomos obrigados a utilizar, mesmo sem querer, essas novas metodologias estão impedindo do professor utilizar de outras metodologias em sala de aula, por exemplo, a utilização de jogos e construção de jogos com os alunos é algo que não dá mais, agora tudo tem que ser digital.”</i> <i>“Os professores ficam um pouco presos pela obrigatoriedade do uso das plataformas, e pelos conteúdos cobrados na prova Paraná, e muitas vezes não possuem apoio do colégio para realização de diferentes metodologias. Então para que estas metodologias sejam utilizadas o professor tem que ter um bom planejamento, e que estas contemplem os conteúdos cobrados.”</i>
--	--	--

FONTE: pesquisa empírica por meio de questionário - 2024.

Organização Autora, 2024.

enquanto algumas ferramentas são vistas como facilitadoras, a obrigatoriedade do uso, a perda de autonomia e a burocracia excessiva são pontos de crítica recorrentes. Professores

relatam que as plataformas são frequentemente utilizadas para cumprir metas quantitativas, em detrimento da aprendizagem significativa. Além disso, a padronização de conteúdos (como os slides da Aula Paraná) e a falta de flexibilidade para adaptação às realidades locais são apontadas como limitadoras da criatividade pedagógica.

Além dos obstáculos tecnológicos, os professores enfrentam problemas estruturais, como cobranças por resultados imediatistas, pressão para aprovação automática de alunos e desrespeito à autonomia docente. A precarização da carreira, a falta de investimento em formação continuada e a política educacional centralizada desestimulam a inovação e contribuem para o desgaste profissional.

Em síntese, os dados da pesquisa revelam um cenário em que a plataformização da educação pública é percebida como uma ameaça sistêmica à autonomia docente. Os percentuais de respostas que convergem para a crítica à perda de autonomia (36,8%), à obrigatoriedade (30,8%) e à restrição da liberdade pedagógica (47,4%) são contundentes, atravessando diferentes questões do estudo.

O que emerge é um descompasso claro: se, por um lado, os professores reconhecem o potencial da tecnologia como ferramenta de apoio, por outro, a forma centralizada, burocrática e impositiva de sua implementação (especialmente por órgãos como a SEED) transforma esse potencial em obstáculo. A priorização de métricas e a padronização de materiais ignoram as necessidades contextuais da sala de aula e minam a capacidade do professor de adaptar o ensino, resultando em desinteresse dos alunos e no uso mecânico das ferramentas.

A tecnologia na educação, portanto, só se concretizará como avanço se for tratada como meio, e não como fim. A manutenção de um sistema que precariza a carreira, intensifica cobranças quantitativas e restringe a liberdade de escolha do professor não apenas compromete a eficácia pedagógica, mas fragiliza o próprio conceito de educação de qualidade. É imperativo que as políticas educacionais reavaliem a centralização do controle, promovendo um ambiente de trabalho que respeite e valorize a autonomia do professor como intelectual e agente essencial na construção do conhecimento. Caso contrário, a plataformização permanecerá como um desafio burocrático, ao invés de um salto qualitativo para a educação pública.

Através da análise documental alguns pontos sobre autonomia podem ser levantados, o principal fator é um material recebido pronto e feito por outra pessoa te dando toda a autonomia do professor em sala de aula.

As atividades vêm com o tempo determinado para que seja feita pelos alunos, tempo esse muito pequeno sem abrir espaço para que o professor possa debater com os alunos. Conforme podemos ver na imagem a seguir:

FIGURA 01: ATIVIDADE

Geografando

Atividade

 30 s
 

Atenção, estudante! Reflita e responda:



Qual a diferença entre imigrante e emigrante?

Imigrante

Quando a pessoa **chega** (entrada) ao novo país.



Emigrante

Quando a pessoa **deixa** (saída) seu país de origem.

RCO - Aulas Paraná - Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2024).

Ao final podemos concluir que o material fornecido aos professores não possibilita a prática reflexiva que é vista por Valadares (2006) com um propósito muito claro, que é a busca pela resolução de problemas através da perspectiva da análise da experiência docente, mas, para o autor, essas capacidades só podem ser efetivas quando os professores são livres para experimentar os campos abertos pela reflexão. Porém, toda a autonomia do professor é retirada quando ele recebe um material pensado por outra pessoa e vincula a avaliação a atividades também planejadas por outras pessoas e elas fazem parte da avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia docente configura-se como um elemento central para a qualidade da educação, permitindo que os professores exerçam seu papel com criatividade, responsabilidade e adaptabilidade às demandas do contexto escolar. Conforme evidenciado ao longo deste estudo, ela não se restringe à liberdade individual, mas é um processo coletivo e dialógico, fundamentado na reflexão crítica e na construção compartilhada do conhecimento, conforme defendido por Freire (2011). Autores como Contreras (2021), Libâneo (1994) e Vasconcellos (2008) reforçam que a autonomia é essencial para a inovação pedagógica, a motivação docente

e a efetividade do ensino, pois possibilita práticas educativas mais contextualizadas e significativas.

No entanto, apesar de sua importância, a autonomia docente enfrenta desafios estruturais, como a burocratização excessiva, a centralização das decisões, a falta de recursos e as pressões por resultados padronizados, fatores que limitam a capacidade dos professores de atuar com plena liberdade pedagógica

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

Contreras, R. *Autonomia Docente e Qualidade Educacional: Perspectivas e Desafios*. Editora XYZ, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 20-62.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 224 p

ROMÃO, José Eustáquio. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 2003.

ROMÃO, José Eustáquio. *Gestão da escola: da teoria à prática*. São Paulo: Cortez, 2008.

VASCONCELLOS, Celso. **Educação e Docência**: A Formação do Professor e o Papel da Escola. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

VASCONCELLOS, Celso. **Gestão Escolar e Qualidade**: Uma Visão Crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WEIL, André. **A autonomia docente**: uma visão crítica. São Paulo: Editora X, 2007.